



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

Resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 53/88

DATA: 01 de julho de 1988.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado em 12/11/87, entre o Estado do Paraná e o Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando dar continuidade às Ações do Programa Nacional de Irrigação no âmbito do Estado, durante o exercício de 1987, compreendendo a execução de obras em infra-estrutura coletiva e serviços de suporte técnico nas áreas que especifica. (Mens. do Poder Executivo nº 127/87).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 12/11/87, entre o Estado do Paraná e o Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando dar continuidade às ações do Programa Nacional de Irrigação no âmbito do Estado, durante o exercício de 1987, compreendendo a execução de obras em infra-estrutura coletiva e serviços de suporte técnico nas áreas que especifica.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º.07.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 54/88

DATA: 01 de julho de 1988.

SÚMULA: Aprova o Protocolo Regional subscrito entre os Governos do Estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os Governos das Províncias de Corrientes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé (Rep. Argentina), conforme a Declaração de Paraná - Santa Fé, de 18.03.88, da qual faz parte integrante, objetivando criar condições favoráveis para obtenção de desenvolvimento integrado na faixa e na região de fronteira, mediante promoção de atividades culturais, educativas, além de outras conforme especifica. (Mens. Poder Exec. 056/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Protocolo Regional subscrito entre os Governos dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os Governos das Províncias de Corrientes, Chaco, Entre Rios,

Formosa, Misiones e Santa Fé (República Argentina), conforme a "Declaração de Paraná - Santa Fé", datada de 18/03/88, da qual faz parte integrante, objetivando criar condições favoráveis para obtenção de desenvolvimento integrado na faixa e na região de fronteira, mediante promoção de atividades culturais, educativas, técnico-científicas, turísticas, de transporte e empresariais conjuntas; criar Comitês de Fronteiras nas localidades limítrofes, integrados por representantes de ambos os Países; promover um maior intercâmbio comercial das produções regionais; criar condições para a administração conjunta de serviços públicos considerados essenciais; estabelecer projetos integrados de cooperação técnica, econômica e financeira, destinados à produção, armazenamento, comercialização, desenvolvimento tecnológico e transporte de produtos da região, propiciar a modernização das atividades econômicas da faixa e da região de fronteira, particularmente aquelas visando à produção conjunta de bens; proporcionar ações conjuntas dos bancos de fomento da região, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico-social. Incentivar a aproximação do empresariado privado, através de suas entidades representativas, a fim de que os agentes econômicos da região também atuem dentro do mesmo espírito de integração expresso neste protocolo, criar um grupo de trabalho que se encarregará de elaborar os acordos específicos que garantam o cumprimento do presente protocolo, os quais passarão a fazer parte deste. O Grupo poderá criar as sub-comissões técnicas que considerem necessárias; O Grupo de trabalho referido anteriormente, será assim constituído: a) pela República Argentina, o Ministério das Relações Exteriores e o CRECE NEA-LITORAL; b) pela República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores e o CODESUL/FORUM SUL.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.07.88

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 55/88

DATA: 01 de julho de 1988.

SÚMULA: Aprova o Convênio nº 80/87, celebrado em 23/09/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e a SUDESUL, objetivando a execução de obras

de controle da erosão urbana nos municípios que especifica, no Noroeste do Estado do Paraná. (Mensagem do Poder Executivo nº 63/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio nº 80/87, celebrado em 23/09/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios adiante mencionados, do Noroeste do Estado do Paraná. Municípios: Alto Piquiri, Araruna, Campo Mourão, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Douradina, Doutor Camargo, Francisco Alves, Guaporema, Japurá, Marilena, Mariluz, Moreira Sales, Munhoz de Mello, Paçandu, Paranavaí, Pérola, Rondon, Santa Fé, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa e Umuarama.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.07.88

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 56/88

DATA: 01 de julho de 1988.

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados em 14/03/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras e serviços destinados ao controle da erosão urbana. (Mensagem do Poder Executivo nº 75/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 14 de março de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Astorga, Cafelândia, Cidade Gaúcha, Colorado, Cruzeiro do Sul, Guaraci, Janiópolis, Loanda, Miraselva, Munhoz de Mello, Nova Esperança, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio do Caiuá e Terra Roxa, objetivando a execução de obras e serviços destinados ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

Curitiba, segunda, em 01.08.88

as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 01.07.88

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 057/88

DATA: 01 de julho de 1988.

SÚMULA: Aprova Convênio nº 01/87 - SEAD e seu Termo Aditivo Primeiro, celebrados, respectivamente, em 23/07/87 e 29/09/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e o Município de Três Barras, objetivando a reconstrução de 8 (oito) salas de aula conforme projeto FUNDEPAR, com aplicação de tecnologia de auto-construção. (Mensagem do Poder Executivo nº 71/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio nº 01/87 - SEAD e seu Termo Aditivo Primeiro, celebrados, respectivamente, em 23/07/87 e 28/09/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e o Município de Três Barras, objetivando a reconstrução de 8 (oito) salas de aula conforme projeto FUNDEPAR, com aplicação de tecnologia de auto-construção.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.88

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1988
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Lauro Lobo Alcantara e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nel-

son Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delaseri, Paulo Friatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quíelse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Considerando a inexistência de expediente na Sessão de Instalação, esta Presidência consulta o Plenário se algum Deputado pretende fazer uso da palavra.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra, pela ordem, o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros que nos visitam.

Quero preliminarmente registrar, Senhor Presidente, a presença do Presidente da Associação do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, acompanhados de uma comitiva de companheiros pertencentes à mesma Associação.

Companheiros, ocupo esta tribuna para fazer uma observação, uma ressalva ao que, dia 29, dizemos através de uma carta aberta, um manifesto portanto, ao Paraná, a respeito da segurança pública do Estado. Voltado especialmente ao setor de salários, à situação de condições de trabalho que a nossa instituição, a Polícia Militar e o sistema como um todo exige, reclama e requer.

Na oportunidade fazia algumas menções a respeito do tempo em que vínhamos administrando e chamávamos a atenção para que o Governo aquiescesse da necessidade pronta e imediata em entender e atender.

As coisas foram sendo administradas, e alguns assessores, por parte do Governo, não nos deram ouvidos naquela oportunidade. Quero ressaltar a pessoa do Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira, que foi deveras atencioso e em todo o momento demonstrou-se sensibilizado com a situação.

Chamávamos a atenção do Governo para a realidade que estava por acontecer e que a classe, não podendo fazer greve porque o regulamento assim não o permitia, manifestava-se em assembleia, como assim se manifestou sábado e domingo em assembleia permanente e assim continua, para que o Governo, sensibilizado, como fez em data de ontem, ao responder aos professores no sentido de atender a uma reivindicação. Eu pergunto, porque não atender a classe policial militar e ao sistema como um todo?

De sorte que venho mais uma vez ocupar esta tribuna e daqui para frente, fazer conclamações sucessivas no sentido de sensibilizar o que aí fora está por exigir de imediato: um restabelecimento da ordem no sistema da segurança pública do Estado.

Não é possível continuar mais assim. Sou um Deputado do Governo, mas isso não me tolhe, não me inibe a oportunidade de, aqui, usar a tribuna para, tantas vezes quantas forem necessárias, falar da minha insatisfação, da minha intranquilidade, do meu descontentamento no sentido de procurar dar à nossa comunidade, o que realmente prometemos em palanque, e prometemos como trabalho.

Portanto, queridos companheiros, eu quero crer que este seja também o problema de todos vocês, porque cada um representa a sua comunidade e há por certo de sentir a necessidade, também, de procurar desenvolver nesse sentido, neste momento.

Eu não sou contra. Eu aprovo o encaminhamento do Governo do Estado, para que se agrace também a classe dos professores. Acho que eles estão por merecer mas quero nessa oportunidade, pegar um "braço", uma carona, e pedir que se invista na área de segurança pública do Estado, em especial, à Polícia Militar, razão pela qual, companheiros, razão pela qual, Senhor Presidente, eu volto mais uma vez a frisar e a citar, porque venho sentindo por parte do Governo uma insensibilidade, no que diz respeito a atender esta reivindicação.

Isto posto, peço aos companheiros que atentem bem para este momento, como irei continuar a desenvolver um trabalho e aqui exhibir, através dos órgãos de comunicação, um documento que a Assembleia registra e está encaminhando, através de um protocolo geral, ao Governo, ao Secretário e ao Comandante Geral da Polícia Militar e dentro de algumas horas, por sua vez, o Clube dos Oficiais também fará um expediente e encaminhará, via protocolo, ao Governador, para que tome conhecimento da realidade da situação em que nós nos encontramos.

Como companheiro da classe que muito me honra e muito me envaidece, quero pedir ao Governo, pelo amor de Deus, sensibilize-se, porque a situação é séria. A reivindicação se faz num momento histórico da

Polícia Militar.

Nós estamos comemorando 135 anos de existência e não seria agora, por certo, que o Governador não iria nos entender e atender. Razão pela qual, Governador, como tive a oportunidade de ler e assistir nos jornais de ontem, quando ainda o Deputado conclamava através de uma tribuna e tornava público, através de jornais de grande circulação em seu Estado, que toda a classe, cada vez que se sentir prejudicada, deverá reivindicar.

E é o que nós estamos fazendo, não através de demonstrações, não através de atos de indisciplina. Através de um trabalho ordeiro, mas conscientizado, tentando sensibilizar Sua Excelência, porque não é possível administrar, dar segurança à nossa comunidade, pela qual temos responsabilidade, através de uma política salarial que estamos vivendo. Por isso, Senhor Governador, continuo sendo um companheiro de Partido, mas não continuo sendo e comandando do momento, da maneira e da forma como vem se administrando na ordem da política salarial.

Era o que tinha a vos dizer, companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa registra com satisfação a presença dos associados do Clube de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, bem como seu Presidente que se encontram aqui no Plenário. A Assembléia os recebe de braços abertos.

Com a palavra, pela ordem, o nobre e inclito Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Infelizmente no dia de reabertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, sou forçado a trazer ao conhecimento da Casa, fatos desagradáveis que acontecem e que são relacionados a um assunto de extrema gravidade e que afeta a sensibilidade do político e da sociedade paranaense. Falo do acampamento dos sem-terras da fazenda Solidor, no Município de Quedas do Iguaçu. Lá estão acampados há mais de um ano, ano e meio para dois anos, 69 famílias com 400 pessoas, no aguardo da reforma agrária do Presidente José Sarney, do seu famoso Plano Nacional da Reforma Agrária, que gerou a expectativa. Não só gerou a expectativa como também assumiu o compromisso de fazê-la, elaborando plano, detalhando números de famílias e áreas de hectares, de alqueires, que seriam desapropriadas ao longo de seu governo.

Mas, a caminhada da reforma agrária do Presidente José Sarney é uma caminhada de frustrações, uma caminhada de reconquista

dos direitos dos latifundiários de não permitir a reforma agrária.

E o Paraná nesse aspecto também é vítima desta inoperância de um governo que publicamente se expõe à sociedade brasileira reconhecendo a estrutura fundiária e injusta de que somos possuídos há séculos.

Nada disto levou à solução. Há quase dois anos 400 pessoas acampadas aguardam o seu direito à terra. E nesta caminhada de sofrimento, nesta peregrinação afora a paciência da espera, da demora, da incompetência, da falta da terra, da falta de ação e decisão política para se comemorar esses dois anos de acampamento, neste final de semana correu o sangue nesta terra que não se dá a ninguém. Os jagunços da fazenda enfrentaram os acampados e nesse tiroteio, um sem-terra baleado, hospitalizado e um jagunço morto.

Não faltou pedidos de providências deste Deputados e do Prefeito de Quedas do Iguaçu; não faltou alerta, não faltou o nosso empenho para que a Secretaria de Estado da Segurança Pública tomasse providências no sentido de evitar o conflito.

Aqui estão os telex encaminhados por mim no dia 4 de junho de 1988.

"Os meus cumprimentos Senhor Secretário, trago a Vossa Excelência a minha preocupação com os acampados na fazenda Solidor no Município de Quedas do Iguaçu. Com efeito os proprietários da área têm mandado pessoas estranhas que tem provocado reações nos acampados. Necessário se faz uma ação policial evitar conflitos, posto que tais pessoas têm comparecido lá armados, gerando apreensão nos acampados.

O Prefeito de Quedas do Iguaçu também já manifestou a nossa preocupação a Vossa Excelência e nesse sentido ratificamos as ponderações expostas pelo Senhor Prefeito".

No mesmo dia telex, no mesmo sentido, do prefeito.

Afora isto, 11 dias depois, como nada aconteceu, uma comissão de sem-terras veio a Curitiba e eu os encaminhei ao gabinete do Secretário que foi atendida pelo assessor militar Major Valdemar Kretschmer que elaborou o seguinte documento. Vou ler para registro da Casa. (Lê):

Comunico a Vossa Senhoria que estive-ram presentes, nesta Pasta de Estado, o Senhor VALDECIR FAE, funcionário do Gabinete do Deputado Nereu Carlos Massignan, os Senhores Ari Luís Astresser e Sebastião Gonçalves de Melo, sem-terras, provisoriamente, acampados na Fazenda Solidor, Município de Quedas do Iguaçu, localidade de Boa Vista, há dois anos e meio aguardando assentamento definitivo, os quais relataram que vêm sofrendo ameaças por parte de "pistoleiros", provavelmente contratados pelos proprietários da fazenda, os quais

Uritiba, segunda, em 01.08.88

Pág. 05

recebem apoio do Sargento Comandante do Destacamento de Quedas do Iguaçu que, segundo consta, é genro do gerente geral da fazenda, Senhor Mário Luiz "Caber".

Os reclamantes temem o uso de força e se sentem ameaçados pelos pistoleiros que, com frequência, estão acompanhados do aludido Sargento, gerando dúvidas quanto ao eventual apoio da Polícia aos pistoleiros.

Atendendo a solicitação, cópia deste expediente será encaminhada ao Deputado Nelson Carlos Massignan.

Na oportunidade apresento a Vossa Senhoria, os meus protestos de estima e distinta consideração.

(a) VALDEMAR KRETSCHMER - Major QOPM
Oficial Ligação PMPR/SESP

(Termina de Ler).

Senhores Deputados e Senhor Presidente, há dois meses nós alertávamos sobre os perigos de um conflito e as providências da Secretaria não aconteceram. Em razão disso, dessa omissão, dessa falta de ação imediata quando é necessária a intervenção para que a segurança e a tranquilidade se mantenham numa comunidade como Quedas do Iguaçu, onde este fato tão triste, tão deplorável aconteceu neste final de semana.

Hoje, pela manhã, conversando com a Secretaria de Segurança, solicitei que providências sejam tomadas, para evitar que novas mortes, novos conflitos aconteçam, e o que é mais estranho, vir à tribuna, falar de sangue derramado na terra dos sem-terras, falar do drama dessa gente que pinta com o sangue, na terra, a sua luta pela terra!

E, este caso não seria um caso de segurança pública, seria um caso do Ministério da Reforma Agrária, que agora, ao invés de, pelo menos, iniciar esta dita reforma agrária, o que ocorre? O Presidente desloca o Ministro para cuidar da Previdência Social, que era tão bem cuidada, com muita competência, pelo Ministro Renato Archer, e desloca um homem que estava impregnado pelos problemas da terra para cuidar da Previdência. E, ao problema da terra, é designado, interinamente o Ministro da Agricultura, como se a agricultura estivesse tão bem cuidada que o Ministro pudesse dividir responsabilidades e cuidar também da reforma agrária.

Pobre País, pobre República! Quando um Parlamentar tem de vir à Tribuna pedir segurança para os sem-terras, pedir providências à Secretaria de Estado da Segurança para os sem-terra, quando, na verdade, deveria chegar aqui e agradecer que a reforma agrária tivesse sido implantada neste País!

Até quando? Não sei! Espero que não se repita o episódio de Quedas do Iguaçu e outros acampamentos em outras situações

desses cidadãos que procuram a justiça na terra! Espero que o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública ante o meu apelo, feito hoje pela manhã, tome as devidas providências e que lá se faça presente a ação do Governo, tanto na questão da segurança quanto na questão da reforma agrária.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Certamente, com muita satisfação, estamos aqui, reiniciando o segundo tempo deste ano legislativo, e que está farto de acontecimentos que justificam uma ação incisiva, coerente, autêntica, comprometida, neste segundo semestre deste ano de 1988, que iniciamos.

Espero que o segundo semestre, nesta Casa de Leis, no Estado do Paraná, tenha o espírito mais sensível do que o primeiro semestre e principalmente deste primeiro ano de mandato que nós, os 54 Deputados fomos eleitos, para trazer para este Parlamento a vontade, o interesse e as aspirações da população do Estado do Paraná!

Digo que nós temos que nos preparar e estar mais sensíveis, porque gostaríamos que a partir de hoje, amanhã, quarta, quinta-feira, a semana que vem, trouxéssemos, como preocupação fundamental, a esta Casa de Leis, os problemas dos paranaenses que estamos sentindo e vendo, na realidade do dia-a-dia!

Espero que os sem-terras os trabalhadores rurais, os pequenos e médios proprietários, a sua situação de falência, de abandono, esteja presente, todo dia, nesta tribuna, em projetos, requerimentos, denúncias, pedidos de providências. Espero que a situação dos pequenos e médios empresários, comerciantes, industriais que estão indo à falência, muitos por causa do famigerado plano cruzado, outros por causa da política que favorece os oligopólios nacionais e internacionais, e outros pelo descaso com que as autoridades constituídas não continuem a engrossar a fila da favela, a fila da lona preta ou a fila do caminhão do bóia-fria.

Eu espero também que, a partir de amanhã nesta tribuna, a preocupação de todos os assalariados paranaenses, seja vista com os olhos e com a consciência da realidade, e que a partir de hoje, a exemplo do que confessou, na tribuna, o nosso colega Deputado Raul Lopes, que para mim foi muito mais uma confissão de um pecado, que na realidade existe, quando manifestou com

justeza a situação dos trabalhadores da Polícia do Paraná que estão sendo atentados, massacrados pela desatenção com que o poder público no Estado do Paraná trata não só os trabalhadores da Polícia, mas os 185 mil servidores do Estado do Paraná. Lamentamos, e espero que sirva de exemplo para todos nós, que este mesmo Deputado da Bancada do Governo, que numa soma de 33 votos contra 9, no mês de abril a extinção da URP para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Fatos como estes, Senhor Presidente e Senhores Deputados, faço votos que, em nome do Partido dos Trabalhadores, aqui não aconteçam mais. Vamos ser sensíveis e compreender a situação do povo do Paraná, para que amanhã ou depois outros Deputados da Bancada Governista não tenham que subir à tribuna pedir desculpas, e redimir-se por erros que nós mesmos cometemos. Se fossem erros, tudo bem! Mas estavam aqui a Bancada do PT, a Bancada do PDT e alguns da Bancada do PFL, e durante uma semana discutimos e justificamos que a extinção da URP no Estado do Paraná, ia nos dar dor de cabeça, ia fazer sofrer 185 mil servidores públicos, e o resultado aí está.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Partido dos Trabalhadores retoma esse segundo tempo deste ano legislativo fazendo votos que encaremos, e sejamos o "eco" da realidade neste Parlamento, e que as repercussões aqui dentro, sejam as mesmas que acontecem no dia-a-dia da vida dos trabalhadores e do povo paranaense.

Espero sim, que todos que aqui estejam sejam imbuídos do espírito de representação daqueles que trabalham, daqueles que produzem a riqueza do Estado, os trabalhadores rurais, os trabalhadores urbanos, os servidores públicos, os pequenos e médios empresários do setor industrial, do setor comercial, os trabalhadores autônomos, enfim, estes que sempre estiveram no esquecimento. Espero que eles sejam a figura principal, pela qual nos preocupamos, espero também, para concluir Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os nossos comprometimentos neste segundo semestre, não sejam meramente eleitoreiros. Desejo sim, que todos os oito partidos e os 54 Deputados que compõem esta Casa de Leis, continuem com o comprometimento com as causas crônicas que atingem o povo do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, era isto Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

Curitiba, segunda, em 01.08..

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, companheiros integrantes da Sociedade de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar.

A saudação do PDT, Partido Democrático Trabalhista, e também a nossa solidariedade para com a luta que a classe vem enfrentando, e vem desenvolvendo para uma melhor condição de sobrevivência. Porque temos dito e repetido desta e de outras tribunas, que hoje tanto o policial militar quanto o policial civil ganham salários muito baixos e que, evidentemente, encontram muita dificuldade para o desempenho de suas funções. Porque de nada adianta se ter a condição material para trabalhar, se não tem a condição de tranquilidade, ao sair de sua casa para o desempenho de sua função.

De nada adianta receber viaturas novas, receber armamentos, se não recebe um salário condigno para manter a sua família e para poder ir ao trabalho com a tranquilidade necessária para enfrentar situações difíceis.

Temos dado a nossa contribuição, temos demonstrado a nossa preocupação em relação a classe da polícia civil e da polícia militar. Esperamos que o governo o Estado, seja sensível a este apelo que faz a classe. Todos nós estamos torcendo para que este movimento, esta iniciativa, esta luta dos policiais militares tenha realmente a compreensão por parte do Governo do Estado, que seja sensível a esta reivindicação, para evitar que até mesmo contra a vontade da classe algum movimento aconteça e isto venha a trazer prejuízos à população curitibana.

A Polícia Civil se mantém em regime de assembléia permanente, esperando uma solução por parte do Governo do Estado. Nós estamos carentes de uma melhor segurança neste Estado, e aí os registros dos últimos acontecimentos, dos assaltos, assassinatos, latrocínios, roubos de veículos, roubo do patrimônio público, enfim de uma série de acontecimentos, não por culpa destes homens que estão trabalhando em defesa de nossa segurança, mas sim por culpa da falta de uma melhor estrutura, de um melhor salário, para que esses policiais possam desenvolver o seu trabalho.

É preciso, e repito mais uma vez, que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná tenha a devida sensibilidade para com esta classe.

Mas venho também a tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para lamentar profundamente, que o povo curitibano está pagando, a partir de hoje, mais um aumento no transporte coletivo. O Prefeito da Cidade, que gasta milhões e milhões com propaganda a nível de "fantástico", que gasta milhões e milhões de cruzados do di-

Curitiba, segunda, em 01.08.88

Pág. 07

nheiro da frota pública em sua promoção pessoal, decreta numa segunda-feira, no dia 1º de agosto, um novo aumento no transporte coletivo de Curitiba.

Ora, um Prefeito que faz a propaganda, que sai pelos quatro cantos da Cidade, deste Paraná anunciando que temos uma frota pública, anunciando que temos o melhor transporte coletivo do Brasil, que temos a passagem mais barata do Brasil, sai de uma pré-convenção do seu partido derrotado e como vingança disto, e quem diz não sou eu, é o Jornal "Correio de Notícias", de hoje, que estampa em sua primeira página: "O TROCO DE REQUIÃO - Ônibus a quarenta e cinco cruzados. Cabeça inchada, e não foi pela derrota do Pinheiros, que dizem é o seu time, o Prefeito Roberto Requião que apostara tudo na vitória, de Stênio Jacob para vice de Fruet, esperou até o último minuto para que consumada a derrota do executor da sua política de transporte, em quem empenhara sua administração, anunciar o aumento do ônibus. A partir da zero hora de hoje, o curitibano paga quarenta e cinco cruzados pela passagem".

É esta a "Cidade bela e justa" que tanto prega pela televisão e pelos meios de comunicação, o Prefeito de nossa cidade que, como troca, como vingança pela derrota sofrida ontem, dentro do seu próprio partido, acaba aplicando uma pena junto à população curitibana, obrigando que o povo paranaense, que o trabalhador, que o assalariado, que a dona de casa, que o jovem estudante coloque um trocado a mais do seu bolso, para poder chegar até a cidade, até o seu local de trabalho, ou o seu local de estudo.

É esta a "Cidade bela e justa", que tanto decanta o seu prefeito, mas que, no entanto, paga um transporte coletivo mais caro a partir de hoje. Lamentamos profundamente que isto esteja acontecendo. É lamentável que o povo de Curitiba, além da propaganda personalística do seu prefeito, também tenha que pagar mais caro pelo transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão de instalação do Segundo período de Sessões Ordinárias, da Segunda Sessão Legislativa da 11.ª Legislatura, marcando Sessão Ordinária para amanhã, terça-feira, dia 02 de agosto de 1988, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº-179/88.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 372, 377 e 379/87, 15 e 73/88.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 147/88

I - exonerar, a pedido, JACY CORREIA FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de junho de 1988;

II - prover, ODILETE SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de junho de 1988;

III - exonerar, a pedido, ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de junho de 1988;

IV - prover, RAUL BERNARDO SEIXAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de junho de 1988.

(Protoc. n. 3958/88)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.06.88.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 192/88

I - Os motoristas dos gabinetes das Comissões Permanentes, desta Assembléia, terão direito ao pagamento de diárias no valor de Cz\$ 600,00 (Seiscentos Cruzados), limitadas em número de dez (10) mensais;

II - O benefício do artigo anterior, será concedido somente a um (01) motorista por Comissão e o pagamento será efetuado mediante requerimento, visado pelo titular e endereçado ao senhor Primeiro Secretário;

III - Este Decreto Legislativo, entrará em vigor a partir de 1º de julho de 1988.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.06.88.

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 193/88

exonerar, a pedido, ELIZABETH REGINA VIEL DE MIRANDA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Werner Wande-

ref, a partir de 24 de junho de 1988.
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 24.06.88.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 194/88

mandar implantar, nos termos do Artigo 196, inciso II, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de SERGIO VALE- RIO ANTUNUNCIO, matrícula n. 433, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, 01 (uma) cota mensal do salário família, a partir de 20 de agosto de 1986.

(Protoc. n. 3450/88)

DECRETO LEGISLATIVO N. 195/88

aposentar, com base nos Art. 138, inciso II e parágrafo 1º, 140, incisos I e III; 170 e parágrafo único, e, 171 e parágra- fos, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula n. 186, ocupante do cargo de Consultor Técni- co as Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação inerente a Simbologia 1-F; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução 2-64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicio- nais incorporados; e, cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratifica- ção pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de Outubro de 1984.

(Protoc. n. 3972)

DECRETO LEGISLATIVO N. 196/88

conceder na forma do parágrafo único do Art. 247, da Lei n. 6174, de 16 de novem- bro de 1970, ao funcionário TABAJARA MAR- TINS, matrícula n. 073, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As- sembléia, três (03) meses de licença espe- cial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 01 de maio de 1983 e 01 de maio de 1988.

(Protoc. n. 2598/88)

DECRETO LEGISLATIVO N. 197/88

I - exonerar, a pedido, ROSILMA DE ARAUJO PIRES CARDOSO, do cargo em Comis- são, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado Valderi Mendes Vilela, a partir de 1º de julho de 1988;

II - exonerar, a pedido, LAURELSON DOS

Curitiba, segunda, em 01.08.88

SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado VALDERI MENDES VI- LELA, a partir de 1º de julho de 1988;

III - prover, ROSILMA DE ARAUJO PIRES CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Val- deri Mendes Vilela, a partir de 1º de ju- lho de 1988;

IV - prover, HEITOR FRANCISCO IZIDORO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete do Deputado Valderi Men- des Vilela, a partir de 1º de julho de 1988.

(Protoc. n. 5351/88)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.06.88.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 198/88

aposentar, nos termos dos artigos 138, in- ciso II e parágrafo 1º, 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos 172, inciso IV; 179, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, AGAR LEILA DE MEN- DONÇA GUIMARAES, matrícula n. 079, ocupan- te do cargo de Taquígrafo, Classe "A", Re- ferência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proven- tos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de gratifica- ção de representação; cinco (05) quinquê- nios e quatro (04) adicionais incorpora- dos; e, cem por cento (100%) sobre os res- pectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 4033/88)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.06.88.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 199/88

I - exonerar, a pedido, CRISTIANE DA GRAÇA SILVEIRA, do cargo em Comissão, sím- bolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, a partir de 16 de junho de 1988.

II - prover, CARLOS AUGUSTO DA SILVEI- RA, para exercer o cargo em Comissão, sím- bolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, a partir de 16 de junho de 1988.

(Protoc. 5568/88)

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 200/88

aposentar, nos termos dos artigos 138, inciso II; 140 inciso III, 157; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos; 172, inciso IV; 179, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, BERTOLDO SCHWARZBACH, matrícula nº 306, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A"-Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução n. 2-64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; e, cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 5º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.88.

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente
ANIBAL KHURY
1º Secretário
LINDOLFO JÚNIOR
2º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e oitenta e oito, esteve reunida a Comissão de Segurança Pública com a finalidade de visitar o conjunto penitenciário de Piraquara. Com as presenças dos Senhores Deputados Raul Lopes, Presidente da Comissão, Amélia Hruschka, José Rogério, José Domingos Scarpellini, Alexandre Ceranto e Antônio Costenaro, a reunião teve seu início às 8:30 horas no Gabinete do Senhor Secretário da Justiça, Doutor Luis Chemin Guimarães, oportunidade em que o Secretário respondeu uma série de perguntas dos Senhores Deputados sobre o sistema penitenciário em nosso Estado. Saíndo da Secretaria de Justiça, a Comissão de Segurança, em companhia do Senhor Secretário da Justiça e assessores da pasta, rumou para o Município

de Piraquara, onde se localiza parte principal do nosso sistema penitenciário: Lá foram visitados todos os setores que fazem parte da Penitenciária Central: Manicômio Judiciário, Colônia Penal Agrícola, Hospital Penitenciário, Presídio Feminino e Presídio Masculino, onde os membros da Comissão checaram "in loco" todo o sistema, entrevistando desde os diretores até os internos, procurando subsídios para colaborar da melhor forma possível com o Governo do Estado na solução dos mais diversos problemas que afetam a área penitenciária. Ao terminar a visita foi acertado que o Senhor Secretário de Justiça enviaria à Comissão de Segurança uma pauta reivindicatória sobre o sistema penitenciário do Estado do Paraná, para em conjunto, Comissão de Segurança e Secretaria de Justiça, levar ao Senhor Governador do Estado um documento em data que seria marcada proximamente. Nada mais havendo a tratar, laurei a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) RAUL LOPES

Presidente
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL
2ª SESSÃO LEGISLATIVA-11ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e oitenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hermas Brandão apresentou redação final aos seguintes processos: Projetos de Lei sob nº 112/87, 58/88, 136/88 e 197/88, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar laurei a presente Ata que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

PIRAJÁ FERREIRA
Presidente
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Secretário